

A DOCÊNCIA DO PROFESSOR PEDAGOGO NO IFCE: NARRATIVAS E VIVÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA

Cyntia Maria Silva Vasconcelos¹; Douglas Pereira da Costa²; Maria Aline da Silva³

¹ Doutoranda pela Universidade de Salamanca, cyntiavasconcelos@gmail.com

² Docente EBTT do IFCE, Camocim, Ceará, Brasil, douglas.costa@ifce.edu.br

³ Docente EBTT do IFCE, Camocim, Ceará, Brasil, silva.aline@ifce.edu.br

Resumo

O papel do professor pedagogo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) tem ganhado destaque nas discussões recentes, sobretudo diante do risco de que sua atuação na docência e nas disciplinas pedagógicas sejam secundarizadas em função da crescente burocratização de processos administrativos e técnicos. Nesse contexto, o objeto de estudo deste trabalho concentra-se no reconhecimento da função desse profissional, a partir das narrativas e vivências relacionadas ao exercício da docência na educação básica, técnica e tecnológica. O objetivo geral, portanto, consiste em analisar a docência, evidenciando sua validade e relevância frente à redução do protagonismo do professor pedagogo no IFCE. Para a concretização deste estudo, a metodologia adotada fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, tendo como método a pesquisa bibliográfica, articulada à realidade que se apresenta no atual cenário e aos debates travados pelos professores pedagogos da instituição, em que os autores deste trabalho também estão incluídos. Os resultados apontam que o contexto de atuação destes no IFCE está permeado de desafios que comprometem a sua valorização, a qualidade dos componentes curriculares pedagógicos e, conseqüentemente, a formação docente.

Palavras-Chave: Docência. Professor Pedagogo. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Formação de professores.

Introdução

Nos últimos anos, o papel do professor pedagogo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) tem sido objeto de intensas discussões, especialmente diante da crescente burocratização dos processos administrativos e técnicos que ameaçam reduzir a centralidade da docência e das disciplinas pedagógicas. Em contraposição a isso, a literatura sobre a formação docente aponta que a valorização das práticas pedagógicas é essencial para garantir a qualidade da educação básica, técnica e tecnológica, reforçando a necessidade de estudos que evidenciem a relevância desse profissional no contexto institucional.

Diante desse cenário, torna-se pertinente investigar como a função do professor pedagogo vem sendo reconhecida e vivenciada no IFCE, considerando suas narrativas e

experiências no exercício da docência. Para isso, se propôs a construir uma pesquisa com abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, por meio de material impresso e digital, fundamentada em um referencial teórico, composto por autores clássicos e contemporâneos, consistente e articulada às reflexões e debates realizados pelos professores pedagogos da instituição.

Assim, este estudo tem como objetivo geral analisar a docência, evidenciando sua validade e relevância frente à redução do protagonismo do professor pedagogo no IFCE, contribuindo para o debate sobre sua valorização e para a compreensão dos desafios que permeiam a formação docente.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: contexto histórico e formativo

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é uma instituição de ensino centenária, implantada com o objetivo de qualificar mão de obra para o mercado de trabalho. Nasce como Escola de Aprendizes Artífices, em 1909, através do Decreto Nº 7.566, promulgado pelo então presidente Nilo Peçanha, inaugurando as políticas de educação profissional no Brasil. No Ceará, especificamente, 27 anos depois a Escola de Aprendizes Artífices é alterada para Liceu Industrial do Ceará, e posteriormente passando a ser intitulada de Escola Técnica Federal do Ceará. Em 1999 foi implantado o Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ceará, ocasião que ampliou seu ensino para o nível superior e atividades acadêmicas de pesquisa e extensão (Cândido; Jucá; Silva, 2020).

As primeiras licenciaturas, nas áreas de matemática e física, foram implantadas em 2007, iniciando sua trajetória na formação de professores. Um ano depois, em 2008, devido a proporção de cursos e necessidade de ampliação das áreas ofertadas, passa a ser denominado de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) (Ferreira; Magalhães Júnior, 2019).

Diante dessa trajetória, marcada sobretudo por um modelo tradicional e tecnicista, o foco do IFCE, por muito tempo, foi a formação para o mercado de trabalho, mais especificamente a preparação de mão de obra, e mesmo com a chegada e a expansão dos cursos de licenciatura, ainda é perceptível a manutenção desse modelo. Essas

características vão ao encontro da pretensão investigativa deste trabalho, pois formar professores exige práticas pedagógicas atualizadas, inovadoras e humanas.

No Ceará, existem trinta e cinco *campi* espalhados por todo o estado, com a previsão de implantação de mais seis *campi*. Com a visão de ser referência na educação profissional, em muitos contextos, ainda se observa orientações e atividades no IFCE que seguem a ideologia pretérita de formação, sem enfatizar a formação humana na prática, mesmo que esta esteja presente nos discursos e documentos institucionais. O cenário que se apresenta, portanto, ainda que haja preocupação com os aspectos humanizadores, é de uma conservação do pensamento à época de sua implantação, manifestado pelos discursos, pensamentos e ações dos responsáveis em manter a instituição, inclusive de alguns docentes que atualmente ocupam cargos de gestão.

Esses comportamentos advêm dos modelos observados durante a trajetória formativa, desde o início da educação básica, e são manifestados na prática de quem atua como docente nos dias de hoje, afirmando a reprodução de representações tradicionais de determinada época (Cruz, 2017). Esse fator preocupante chama atenção para repensar o IFCE enquanto espaço de formação, tendo em vista os percalços que recaem sobre o trabalho dos professores pedagogos.

O Professor Pedagogo: formação, prática e responsabilidade social

A atuação do pedagogo é ampla e complexa, considerando suas diversas atribuições e espaços de trabalho. O que antes era limitado somente à educação das crianças da Educação Infantil aos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), atualmente se incorpora como uma profissão múltipla, consolidada através das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, instituídas através da Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006. Estas, apresentam uma ampliação da atuação do pedagogo, entendendo este como um profissional que também poderá atuar nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (Brasil, 2006).

No que se refere as suas atribuições, dentre as muitas funções que o documento apresenta, o Art. 5º aponta que o professor pedagogo deve estar apto a atuar com ética e

compromisso, visando uma sociedade justa, equânime, igualitária; compreender, cuidar, educar e fortalecer a aprendizagem das crianças de zero a cinco anos e do ensino fundamental I, trabalhar em espaços escolares e não-escolares; promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade; identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras; participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares; realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos; utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos (Brasil, 2006).

O que podemos observar a partir da análise das DCNs, é que ao contrário dos estigmas impostos pela sociedade, o professor pedagogo é um profissional completo, uma vez que suas atribuições não se restringem somente ao ato da transmissão de conteúdos, vai muito além disso, perpassando fronteiras pedagógicas, emocionais e, ainda, investigativas. Portanto, conceber o pedagogo como um profissional cuja função é somente educar crianças é uma visão simplista, duramente criticada pelo educador brasileiro José Carlos Libâneo (2006).

Em complemento, Fialho e Sousa (2021) levantam a discussão sobre a atuação dos pedagogos em espaços não-escolares a partir do que apontam as DCNs. Embora, estas, enfatizem o trabalho do pedagogo em outros espaços, para além do contexto escolar, o que fica perceptível é uma maior evidência na formação para a docência, com os currículos seguindo a mesma direção, sem preocupação com as diversas identidades, manifestações culturais e criticidade dos autores sociais.

De acordo com o cenário atual, as DCNs para o curso de Pedagogia apontam em sua conjuntura o essencial para a formação do professor pedagogo, porém o que se verifica, e se coloca como problemática, são os subsídios para um processo formativo integral, pois de nada adianta o escrito ser completo, enquanto o vivido apresenta percalços que não contribuem para a realização de um trabalho significativo. Ademais, Almeida e André (2017) enfatizam a responsabilidade das instituições de ensino superior. Na percepção das autoras,

[...] apesar de muitos professores não resistirem a repensar seus saberes e suas práticas frente às novas exigências impostas pelas necessidades dos alunos e pelas políticas de formação, esbarram em outros tipos de resistências que dificultam os avanços e favorecem os conflitos. [...] essas resistências têm origem nas propostas de formação, na política institucional e na cultura docente (p. 217).

Formar docentes requer um trabalho coletivo entre a universidade e a comunidade acadêmica, em especial o professor formador, tendo em vista que ele é o pilar do ensino e, conseqüentemente, suas ações e modo de pensar refletem nos aprendizes. Portanto, a universidade enquanto espaço de formação deve ofertar subsídios para uma educação integral, que para além de conteúdos, caminhe em direção da formação humana, da reflexão crítica e da cidadania. Voltando o olhar para as DCNs, é perceptível a dimensão de exigências no processo formativo do professor pedagogo, considerando a sua prática pedagógica e a responsabilidade social.

Em complemento, Piña de Valderrama (2012), afirma que “[...] la responsabilidad social de la educación universitaria para la formación docente es una política de gestión específica que nos exige gestionar los impactos de las acciones individuales y colectivas generadas en la trama compleja del proceso de aprendizaje” (p.148). As palavras da autora remetem à reflexão frente à trajetória do professor pedagogo no IFCE, pela sua formação, narrativas e espaço em que ocupa dentro da instituição.

A Docência do Professor Pedagogo na Educação Básica Técnica e Tecnológica no IFCE: narrativas, vivência e desafios

Frente às demandas atribuídas ao professor pedagogo, considerando a exigência de um perfil humano, que forme para a cidadania e para a transformação social, recai em contradição quando a instituição pratica o contrário. Historicamente, o IFCE é uma instituição que forma para a profissionalização, utilizando mecanismos técnicos de aprendizagem, embora passando por uma repaginada ideológica, ainda são observadas posturas que dialogam com o pensamento tradicional e tecnicista.

O que se convencionou chamar de Tecnicismo no meio acadêmico, nas palavras de D’Ávila (2022, p. 26), “[...] foi uma tendência que se efetivou na prática profissional de professores de vários segmentos de ensino a partir de um ideário pedagógico de caráter pragmático e pretensamente neutro”. Sendo utilizada até hoje nos cursos de licenciatura, essa tendência parte de um reprodutivismo da educação consolidado no passado, mas que,

ainda nos dias atuais, a academia, composta por quem vivenciou esse tipo de ensino, a normalizam como algo que foi efetivo na época e, portanto, deve continuar sendo utilizado. Segundo Mosé (2013, p. 48):

Esse modelo técnico de escola se aliou à necessidade de uma educação sem reflexão crítica, em função do medo da consciência política e de seus reflexos. Resultou que as promessas da modernidade não se cumpriram. Instabilidade climática, escassez de recursos naturais, superpopulação, crise econômica, desemprego, violência.

No contexto do IFCE, mesmo diante dos documentos norteadores, formações semestrais durante os encontros pedagógicos, debates coletivos de responsabilidade dos colegiados, entre outros, a vivência cotidiana muitas vezes se torna um desafio pelo fato de docentes ainda compartilharem de pensamentos e comportamentos tradicionais e tecnicistas. Sobre isso Almeida e Pimenta (2014) levantam uma crítica sobre a formação pedagógica dos docentes formadores de nível superior. Para as autoras, é contraditório não exigir competência acadêmica, didática e humana para ensinar futuros professores. Ensinar em instituições que oferecem licenciaturas requer do docente práticas pedagógicas diferenciadas, superando as tendências tradicionais, e considerando que este trabalho é um serviço à sociedade, o professor deve atuar ainda de forma crítica e reflexiva, dando significado ao escrito e ao vivido.

Mediante o cenário exposto é possível pensar a realidade do professor pedagogo que atua no IFCE, que em sua maioria resistem e lutam contra a opressão imposta pelos responsáveis em gerir a instituição, sendo estes, em sua maior parte, também professores. Geralmente, o cenário universitário se desencadeia dessa forma, não sendo uma realidade exclusiva do IFCE. Sobre isso Nóvoa (2018, p. 23), milita ao dizer que:

“[...] não podemos tornar-nos dependentes de poderes de fora, econômicos ou políticos. Não podemos ceder a uma “governança” contra a participação. Não podemos aceitar, em nenhuma circunstância, a diminuição da nossa liberdade de pensamento, de ciência e de palavra”.

Conforme os requisitos disponibilizados nas DCNs (2006), a Pedagogia é compreendida como uma área científica, formativa e política, mas o que se observa no IFCE é uma regressão no que diz respeito ao papel do professor pedagogo que atua em sala de aula, especificamente nos cursos de licenciatura, dando-se através das práticas que deslocam os saberes pedagógicos e fragmentam a presença do pedagogo nas licenciaturas, interferindo na continuidade do trabalho docente, inclusive na formação inicial dos que

ingressam para aprender o professorar. Esse entrave direciona ao pensamento de Melo (2018, p. 24) quando diz que “Falta pedagogia na Universidade”, externando uma provocação a respeito da ausência da Pedagogia Universitária, bem como de abordagens teóricas e metodológicas significativas no âmbito da formação docente.

Para mais, Melo (2018) ainda critica o trabalho da universidade que não prioriza a forma social, política e cultural da comunidade acadêmica que a integra, principalmente na relação discente-docente, onde não são consideradas as questões sociais, culturais, econômicas e políticas. Esse contexto reforça a necessidade de uma Pedagogia como ciência da educação ante à alienação, pois ela precisa atuar como um campo de estudo enquanto fenômeno epistemológico que estuda a natureza ampla e complexa da sociedade.

Dentre os desafios, existe no IFCE a tabela do perfil docente, que orienta a contratação e a lotação dos professores em disciplinas por áreas e subáreas diretamente relacionadas às habilitações mínimas exigidas. Como exemplo, docentes pedagogos, com habilitações em Licenciatura em Pedagogia, devem assumir componentes curriculares que compõem as subáreas “Fundamentos da Educação, Política e Gestão Educacional” e/ou “Currículo e Estudos aplicados ao Ensino e Aprendizagem” (IFCE, 2021, p. 88-89).

No entanto, tem sido observado a cessão desses componentes, como Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação, História da Educação, Psicologia da Aprendizagem e Estágio Supervisionado, para professores de outros perfis e com outras formações, sendo considerada a materialização da redução dos espaços próprios de pedagogos professores na EBTT. Dessa forma, acredita-se que isso pode impactar na desvalorização da identidade desses profissionais e, de forma mais ampla, no dimensionamento do quadro de pessoal da instituição, com menos oferta de vagas para professores com formação específica em Pedagogia em seleções e concursos públicos, podendo gerar sobrecarga de trabalho para os que já se encontram concursados.

No caso do Estágio Supervisionado, em alguns *campi*, é percebido o interesse de profissionais, sem a devida formação pedagógica para ministrar o referido componente curricular, pelo fato da flexibilidade na carga horária. Ainda é comum ouvir falar sobre gestores que cedem a essa propositura sem a necessária reflexão sobre os reais impactos na formação dos licenciandos. Isso se agrava quando normativas institucionais legitimam

essas atitudes, o Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado nas Licenciaturas do IFCE estabelece que essas disciplinas poderão ser ofertadas das seguintes formas:

§ 1º prioritariamente, de forma compartilhada pelo professor da área pedagógica (Habilitação em Pedagogia) e professor da área específica do curso (Licenciado na área e, preferencialmente, com pós-graduação stricto sensu na área de Educação ou Ensino em área afim ao curso);

§ 2º de forma individual pelo professor da área pedagógica (Habilitação em Pedagogia) ou professor da área específica do curso (Licenciado na área e, preferencialmente, com pós-graduação stricto sensu na área de Educação ou Ensino em área afim ao curso) (IFCE, 2025, Art. 11).

A forma apresentada no primeiro parágrafo se demonstra apropriada, reconhece o campo de formação e de atuação dos professores, sejam pedagogos sejam das áreas específicas. Entende-se que essa estrutura possibilita aos docentes exercerem orientações e atividades complementares no processo formativo dos licenciandos, ao tempo que pode reduzir as próprias lacunas formativas, pois, como alertou Vasconcelos (2023), “o professor da área específica, não teve em seu processo formativo um aprendizado científico sobre o Estágio Supervisionado, assim como existem pedagogos que não se sentem preparados para se responsabilizar pela referida disciplina” (p. 107), especialmente por não terem tido formação aprofundada sobre os saberes dos conteúdos das áreas específicas das licenciaturas.

Todavia, o fator preocupante e que legitima as práticas anteriormente relatadas está disposto no segundo parágrafo, que permite a oferta de disciplinas de estágios, de modo individual, por professores com formação na área específica. Nessas configurações, constata-se, no mínimo, um cenário contraditório no IFCE, uma vez que a tabela de perfil docente lista o “Estágio em Educação” (IFCE, 2021, p. 89), ou seja, nas licenciaturas, no rol de disciplinas de professores pedagogos. Para além disso, Guimarães (2024) destaca que a proposta normatizada nos coloca em alerta, representando desconhecimento a respeito do campo da Pedagogia e que, mais perigosamente, “retira gradualmente espaços de atuação e enfraquece a identidade dos pedagogos e pedagogas do IFCE. Perdem os pedagogos e perde a Formação de Professores como um todo no Brasil” (p. 125).

Sobre isso, Lima e Pimenta (2017, p. 71) fazem uma crítica sobre a falta de zelo com o Estágio Supervisionado, para as autoras: “mesmo sendo uma atividade fundamental para a formação docente, situada no campo epistemológico da Didática, é entregue a cada professor, que determinará o seu rumo, de acordo com sua visão de

Seguindo com as intercorrências, os professores pedagogos do IFCE também se deparam com a rotatividade de disciplinas entre eles por diferentes razões (remoções, afastamentos, alta carga horária de ensino, número insuficiente de docentes para as demandas na estrutura curricular, dentre outros), e isso impacta no desenvolvimento profissional em áreas específicas de interesse e/ou de afinidades de estudos, pesquisas e atividades extra ensino e/ou escolares, demandando estudos extras e/ou superficiais sobre áreas distintas do habitual, diferente de professores universitários que assumem componentes curriculares específicos por quase toda sua carreira profissional. Um cenário semelhante é visualizado nos estudos de Martins (2019), em que pedagogos docentes do Instituto Federal de Brasília manifestaram o sentimento de que exercem a docência sem ter clareza em qual curso ou disciplina vão lecionar nos moldes do EBTT.

A partir das vivências relatadas ao longo desta escrita sobre o trabalho do professor pedagogo no IFCE, considerando sua atuação na Educação Básica, Técnica e Tecnológica, observa-se que, entre inúmeros desafios, ainda busca afirmar seu lugar na referida instituição. Com isso, a narrativa de sua função se constrói como um histórico de luta e resistência, na tentativa de ser reconhecido, ouvido e respeitado em um espaço de diálogo epistemológico e crítico, capaz de assegurar direitos e fortalecer a relevância do seu trabalho enquanto professor pedagogo.

Conclusões

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE) é uma instituição centenária, implantada com o objetivo de qualificar mão de obra para o mercado de trabalho. Com o passar dos anos diversos avanços ocorreram na sua estrutura, fazendo-o chegar à oferta de cursos de licenciatura, sua atual configuração. No que se refere ao quadro docente do IFCE, atualmente, é composto por professores que atuam na Educação Básica Técnica e Tecnológica (EBTT), causa de conflitos e contradições entre os perfis profissionais e desvalorização da identidade docente, especialmente dos professores pedagogos.

O professor pedagogo, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (2006), tem por responsabilidade, além da aprendizagem de conteúdos, formar-se, também, enquanto sujeito social. Esses critérios causam uma certa confusão naqueles que desconhecem o campo da Pedagogia e de sua natureza científica e polivalente e não tem conhecimento do verdadeiro papel do professor pedagogo EBTT, o que diante da sua formação ampla e complexa, acabam rotulando-o como o “salvador da pátria”. Discursos como esses contribuem para diversas práticas que descaracterizam seu perfil. Observa-se diversas tentativas de lotarem professores pedagogos em componentes curriculares distintos das disciplinas pedagógicas, seu campo próprio de atuação, disciplinas essas que são de conhecimento comum a todos. Ou ainda de cederem espaços que deveriam ser ocupados por professores pedagogos para professores com outras habilitações, relativizando seu papel nos cursos de licenciatura e na formação de professores.

No IFCE essa prática não é diferente, dentre as narrativas do trabalho docente, o professor pedagogo passa por inúmeros desafios que impactam na compreensão da sua função enquanto atuante na EBTT. Ademais da sua função de ensinar, o professor pedagogo precisa intervir em decisões técnicas e administrativas que fogem dos aspectos pedagógicos, tendo em vista que algumas implantações normativas internas fragilizam as práticas que legitimam o trabalho docente.

Por fim, a pesquisa realizada apresenta como resultado que o professor pedagogo, no IFCE, atuante na EBTT, enfrenta desafios constantes em sua vivência laboral, e estas consistem em uma narrativa de luta e resistência contra os processos que impactam na progressão do papel dos pedagogos, pois estes comportamentos reduzem a capacidade crítica, interferem na responsabilidade social, aumentam o desrespeito contra a classe, repercutindo na execução de um trabalho a ser realizado com maestria.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. I. de; PIMENTA, S. G. Pedagogia Universitária – valorizando o ensino e a docência na universidade. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 27, n. 2, p. 7-31, 2014.

ANDRÉ, M. E. D. A. de; ALMEIDA, P. C. A. de. A profissionalidade do professor formador das licenciaturas. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v. 22, n. 2, p. 203-219, mai./ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/3640>. Acesso em 13 jan. 2026.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 15 de maio de 2006. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em www.mec.gov.br. Data de acesso: 08 jan. 2026.

CÂNDIDO, F. G.; JUCÁ, S. C.; SILVA, S. A. da. **Entre a história e a memória**: acervo online sobre o processo histórico do Instituto Federal do Ceará. Rio de Janeiro: Pod editora, 2020.

CRUZ, G. B. da. Didática e docência no ensino superior. **Rev. bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 98, n. 250, 672-689, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/9J9NMWBdXffJfkhsRqfycLJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 jan. 2026.

D'ÁVILA, C. **Didática sensível**: contribuição para a didática na educação superior. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2022.

FERREIRA, F. de C.; JÚNIOR, A. G. M. IFCE: Expansão e história. IN: VI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2019, Fortaleza. **Anais CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2019.

FIALHO, L. M. F.; SOUSA, F. G. A. de. A formação do pedagogo em reflexão. **Plurais - Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 6, n. 3, p. 171–186, 2021. DOI: 10.29378/plurais.2447-9373.2021.v6.n3.8600. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/plurais/article/view/8600>. Acesso em: 12 jan. 2026.

GUIMARÃES, M. D. **Inserção e desenvolvimento profissional de professores iniciantes na Educação Superior**: desafios e aprendizados no IFCE. 2024. 204 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE. **Portaria nº 176/GABR/REITORIA**, de 10 de maio de 2021. Disponível em: https://portal.ifce.edu.br/documents/3534/Tabela_de_Perfil_Docente_do_IFCE_-_Republicada_-_Alterada_em_10_de_maio_de_2021.pdf. Acesso em: 30 mar. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE. **Resolução CONSUP/IFCE nº 277**, de 21 de fevereiro de 2025. Aprova o Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado nas Licenciaturas do IFCE. Disponível em: https://portal.ifce.edu.br/documents/9780/Resolu%C3%A7%C3%A3o_277.pdf. Acesso em: 30 mar. 2026.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos**: inquietações e buscas. Curitiba: Editora da UFPR, 2006.

LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. **Pedagogia e pedagogos**: formação e identidade. São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, M. S. L.; PIMENTA, S. G. **Estágio e Docência**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

MARTINS, F. B. M. A construção da profissionalidade docente dos pedagogos no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. 2019. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/38319>. Acesso em: 6 fev. 2026.

MELO, G. F. **Pedagogia universitária**: aprender a profissão, profissionalizar a docência. Curitiba: CRV, 2018.

MOSÉ, V. **A escola e os desafios contemporâneos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

NÓVOA, A. A modernização das universidades: memórias contra o tempo. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 31, n. 1, p. 10-25, 2018.

PIÑA DE VALDERRAMA, E. Aprender en el vivir. *Educare*, v. 16, n. 2, p. 138-158, 2012. Disponível em: <https://revistas.investigacion-upelipb.com/index.php/educare/article/view/190>. Acesso em 13 jan. 2026.

VASCONCELOS, C. M. S. **O estágio supervisionado e a formação docente no curso de Licenciatura em Letras Português-Inglês do IFCE campus Camocim: entre o escrito e o vivido.** 2023. 159 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino e Formação Docente) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP